

## Recomendação

### Planificação atempada e participada da reorganização do mapa de freguesias

As freguesias são o nível autárquico de base, consagradas autarquias locais no artigo 236º da Constituição portuguesa, mais próximos dos cidadãos, representando o Estado na resolução dos problemas básicos.

As freguesias tornaram-se órgãos onde as populações se sentem representadas, tendo um papel fundamental na consolidação da democracia e no sentido de identidade e pertença ao território.

Em 2013 a democracia de proximidade sofreu um forte derrube com o Governo nos anos da Troika a extinguir 1168 freguesias e reduzir 20 mil eleitos. Em Torres Vedras passamos de 20 para as atuais 13 freguesias ou uniões, num processo que não foi pacífico para os torrienses.

O mal-estar das populações, que não foram ouvidas, ficou patente nestes anos e continuam ativos movimentos e grupos de cidadãos que tomam posições e não deixaram cair este assunto.

Urge restaurar o serviço público de proximidade e consolidar a proximidade através das freguesias como referência incontornável na promoção da coesão social e territorial.

O Partido Socialista inscreveu o assunto no seu programa em 2015. Passados estes anos mantem-se um vazio legal, bem como muitos dos problemas das populações, especialmente da interioridade das freguesias em contraste com as do litoral e da cidade. A proximidade entre eleitores e eleitos não melhorou, não se verifica uma maior eficácia na gestão e resolução de problemas de proximidade e na oferta de serviços descentralizados, nem melhorias na coesão territorial; em comparação com o mapa anterior.

Estamos em 2021. Chegámos a uma situação em que, após 5 anos, o parlamento está a discutir a lei quadro, mas que, na prática, só poderia ter efeitos daqui a quatro anos, dado que não há vontade política para avançar este ano.

Estar a discutir uma lei que só terá efeitos daqui a 4 anos, parece, no mínimo, caricato e desrespeitoso para tantos cidadãos que legitimamente anseiam pela reposição de justiça nesta matéria e se têm manifestado por todo o país, bem como no concelho de Torres Vedras.

Para o Bloco de Esquerda está mais que na hora de corrigir erros grosseiros de um mapa de freguesias feito a régua e esquadro sem ter em conta o sentir das populações. A população deve ser ouvida. Trata-se de um princípio básico. Sabemos bem do que se passou com todo este processo e dos prejuízos e frustrações que causaram às nossas populações.

**Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 22 de fevereiro de 2021, recomenda à Câmara Municipal de Torres Vedras que:**

- 1- Desenvolva atempadamente esforços junto das populações, autarquias e organizações locais, garantindo que todos são ouvidos e que o processo de desagregação tenha em conta as necessidades locais;
- 2- Envolve os restantes órgãos do poder local para que seja feito um planeamento articulado e atempado de preparação, garantindo que a mudança do mapa não se quede em critérios meramente tecnocratas, possibilitando um território mais ordenado sem uma lógica de régua e esquadro;
- 3- Garanta que este processo corresponda efetivamente à melhoria da vida das populações com acesso a serviços de proximidade essenciais, nas diferentes áreas, em postos e estruturas diariamente acessíveis.

Torres Vedras, 22 de fevereiro de 2021  
João Rodrigues  
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda